Ety0829	Barrinha	23	24-01-2018	13:10:00.00	447684851	Rod Sp 332 Km 129 N	1.542,00
Guvw620	Mococa	23	24-01-2018	17:06:00.00	447294661	Rod Sp 129 Km 66	1.542,00
Gvy8745	Jales	23	24-01-2018	15:01:00.00	447385741	Av Paulo Marcondes 321	1.542,00
Alq2711	Indaiatuba	23	24-01-2018	18:39:00.00	447639951	Av Brasil 91 Oeste	1.542,00
Kld1921	Boituva	23	24-01-2018	10:20:00.00	447656251	Rod Sp 310 Km 443 Sul	1.542,00
Byg7040	São Paulo	23	24-01-2018	16:18:00.00	447690421	Rod Anchieta Km 10 N	1.542,00
Bwn2000	Bebedouro	23	24-01-2018	18:10:00.00	447683141	Rod Sp 322 Km 392	1.542,00
Iga4397	Sao Carlos	23	24-01-2018	10:08:00.00	447640851	Rod Sp 320 Km 514	1.542,00
Cxa8955	Angatuba	23	25-01-2018	11:47:00.00	447293721	Av 5 De Novembro 900	1.542,00
Cmp4205	Guarujá	23	25-01-2018	13:14:00.00	446849721	Rod Pe M Nobrega Km 383 Oe	1.542,00
Bwy4305	Araraquara	23	25-01-2018	17:48:00.00	447683151	Rod Sp 326 Km 387	1.542,00
Dcw4014	São Paulo	23	25-01-2018	09:20:00.00	447544021	Av Alberto S Sampaio 2544	1.542,00
Lzo4249	Jacupiranga	23	25-01-2018	08:48:00.00	447341421	Rod R Bottencourt Km 397 S	1.542,00
Bfy9499	Tres Fronteiras	23	25-01-2018	15:20:00.00	447683261	Rod Sp 253 Km 200	1.542,00
Dke8856	Indaiatuba	23	25-01-2018	17:05:00.00	447294671	Rod Sp 129 Km 70 Norte	1.542,00
Lou8275	Registro	23	25-01-2018	08:02:00.00	447340861	Rua Filomena Azar 350	1.542,00
Cph5332	Itatiba	23	25-01-2018	08:15:00.00	447610081	Rod Sp 75 Km 17	1.542,00
Mvy9807	S B Do Campo	23	25-01-2018	16:25:00.00	447690431	Rod Anchieta Km 16 N	1.542,00
Kfa6350	Taboao da Serra	23	25-01-2018	08:57:00.00	446849701	Rod R Bottencourt Km 391 N	3.084,00
Czc8676	Itap da Serra	23	25-01-2018	06:55:00.00	447544041	Av J Provisórias 600	1.542,00
Eay4018	Sao Sebastiao	23	25-01-2018	16:06:00.00	447684861	Rod Sp 332 Km 118 Sul	1.542,00
Total de Autuações:663							

Procuradoria Geral do Estado

Resolução PGE - 6, de 26-2-2018

Autoriza a celebração de acordos nas hipóteses que especifica

O Procurador Geral do Estado, Considerando que a Lei Complementar 1.197, de 12-04-2013 promoveu a incorporação, na sua integralidade, do adicional de local de exercício (ALE) aos vencimentos, pensões e proventos de policiais militares;

Considerando o disposto na Orientação Normativa SubG/Contencioso Geral 42, que, à vista da jurisprudência consolidada, autoriza a dispensa genérica de interposição de recursos contra decisões judiciais que reconheçam aos policiais militares (ativos, inativos e seus pensionistas) o direito ao recebimento do Adicional de Local de Exercício – ALE referente ao mês de fevereiro de 2013 e do adicional de insalubridade referente ao mês de abril de 2013;

Considerando que ainda tramita perante a Justiça Estadual significativo número de ações judiciais em que se pleiteia o pagamento de tais vantagens;

Considerando os princípios da racionalidade e da eficiência, que devem nortear a atuação dos Procuradores do Estado, evitando o prolongamento de demandas infrutíferas, o princípio da promoção de soluções consensuais aos conflitos pelo Estado, consagrado no Código de Processo Civil e na Lei Federal 13.140/2015, bem como a necessidade de compatibilizá-los com as disponibilidades e regras orçamentárias, resolve:

Artigo 1º. Ficam os Procuradores do Estado autorizados a apresentar o Termo de Adesão constante do Anexo desta Resolução, nos juízos competentes, a fim de encerrar demandas judiciais versando sobre o pagamento aos policiais militares (ativos, inativos e seus pensionistas) do Adicional de Local de Exercício (ALE) referente ao mês de fevereiro de 2013 e do Adicional de Insalubridade (AI) referente ao mês de abril de 2013.

Parágrafo único. A disponibilização do Termo de Adesão fica condicionada à existência de recursos orçamentários e poderá ser retirada a qualquer tempo por decisão do Subprocurador Geral do Contencioso Geral.

Artigo 2º. Para celebração de acordos previstos no artigo 1º devem ser observadas as seguintes condições:

I - haver redução de 15% do valor histórico do Adicional de Local de Exercício (ALE) em fevereiro de 2013 e do Adicional de Insalubridade (AI) em abril de 2013, atualizados monetariamente segundo os parâmetros aplicados pela Procuradoria Geral do Estado;

II - o acordo não compreenderá o pagamento de juros moratórios, multa cominatória para a hipótese de eventual descumprimento, custas processuais e honorários advocatícios;

III - o termo de acordo conterá cláusula de ampla e irrevogável quitação assim como de renúncia a direitos decorrentes do mesmo fato ou fundamento jurídico que deram origem à ação judicial, bem como declaração de inexistência e renúncia a quaisquer outras demandas judiciais com o mesmo objeto, sob pena de responsabilização do declarante.

§ 1º. O acordo ou transação previsto no artigo anterior submeter-se-á à ordem de pagamento de precatórios judiciais ou de requisições de pequeno valor, conforme o caso.

§ 2º. Somente poderá ser objeto de acordo a pretensão não prescrita e que não possa ser fulminada mediante arguição de matérias processuais e outras de ordem pública.

§ 3º. Não será celebrado acordo quando no processo em curso já houver precatório ou requisição de pequeno valor expedidos.

Artigo 3º. Caberá aos Procuradores do Estado Chefes da Procuradoria Judicial e das Procuradorias Regionais dar cumprimento a esta resolução, promovendo os entendimentos necessários junto aos juízos competentes.

Artigo 4º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

"TERMO DE ADESÃO"

Autos do processo judicial nº

Juiz:

Autor: (Nome completo sem abreviações)

CPF nº

Registro Estatístico nº

Patente em fevereiro de 2013:

1. Pelo presente documento, o autor do processo judicial acima indicado, doravante "AUTOR", aceita os termos do presente acordo proposto pelo ESTADO DE SÃO PAULO, pessoa jurídica de direito público interno, representado pela PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, nos termos da lei e da Resolução PGE 6, de 26-2-2018.

2. Desde que haja pedido expresso na petição inicial, o ESTADO DE SÃO PAULO se compromete a pagar a quantia abaixo assinalada, de acordo com a patente do AUTOR em fevereiro de 2013, que corresponde a valor equivalente ao Adicional de Local de Exercício em fevereiro de 2013, com desconto de 15% sobre o valor nominal, o qual será atualizado monetariamente, segundo os parâmetros aplicados pela Procuradoria Geral do Estado, até a data do efetivo pagamento:

GRADUAÇÃO / POSTO	NÍVEL	VALOR DO ALE/FEV/13	VALOR DO ACORDO (A SER CORRIGIDO MONETARIAMENTE)
Aluno Oficial	I	-	-
Aluno Oficial	II	925,00	786,25
Soldado PM	I	740,00	629,00
Soldado PM	II	925,00	786,25
Cabo PM a SubTen PM	I	780,00	663,00
Cabo PM a SubTen PM	II	975,00	828,75
AspOf PM a Cel PM	I	1.260,00	1.071,00
AspOf PM a Cel PM	II	1.575,00	1.338,75

3. Desde que haja pedido expresso na petição inicial, o ESTADO DE SÃO PAULO se compromete a pagar a quantia abaixo assinalada, que corresponde a valor equivalente ao Adicional de Insalubridade em abril de 2013, com desconto de 15% sobre o valor nominal, o qual será atualizado monetariamente, segundo os parâmetros aplicados pela Procuradoria Geral do Estado, até a data do efetivo pagamento:

GRADUAÇÃO / POSTO	VALOR DO AI EM ABRIL/2013	VALOR DO ACORDO (A SER CORRIGIDO MONETARIAMENTE)
-------------------	---------------------------	--

todos 522,98 444,53

4. Não haverá pagamento de juros moratórios, multa cominatória para a hipótese de eventual descumprimento, custas processuais e honorários advocatícios.

5. Sob pena de sua responsabilização civil e criminal, o AUTOR declara que: a) era integrante (ativo ou inativo) dos quadros da Polícia Militar do Estado de São Paulo ou beneficiário de pensão de policial militar nas datas correspondentes às verbas controversas; b) não recebeu valores correspondentes às verbas controversas, por força de outra demanda judicial; c) não existem outras demandas judiciais com o mesmo objeto do presente acordo; e, d) são verídicas todas as informações prestadas na demanda judicial indicada e no presente termo de acordo.

5.1. Caso seja constatado o pagamento em duplicidade das verbas controversas objeto do presente acordo, o autor consente com o respectivo estorno em folha de pagamento da maior quantia recebida, atualizada monetariamente, segundo os parâmetros aplicados pela Procuradoria Geral do Estado, acrescida de multa de 5%, sem prejuízo da sua responsabilização civil e criminal.

6. O presente acordo tem por finalidade por fim à demanda judicial acima indicada e não implica reconhecimento do pedido do AUTOR.

7. O AUTOR e o ESTADO DE SÃO PAULO requerem ao juízo competente a homologação judicial do presente acordo, renunciando a eventuais prazos recursais e requerendo a subsequente expedição da requisitório de pequeno valor.

8. O AUTOR declara ciência e concordância de que não haverá conclusão e homologação do acordo caso o ESTADO DE SÃO PAULO informe, previamente, ao juízo competente, a inexistência de disponibilidade orçamentária.

9. A partir da homologação e pagamento do presente acordo, o AUTOR dá ampla e irrevogável quitação em relação ao Adicional de Local de Exercício (ALE) referente ao mês de fevereiro de 2013 e ao Adicional de Insalubridade (AI) referente ao mês de abril de 2013 e renuncia a quaisquer direitos decorrentes do mesmo fato ou fundamento jurídico que deu origem à demanda judicial acima indicada.

Local, data.
Assinatura do Autor da demanda judicial
Assinatura do Advogado do Autor, (se houver)
*Assinatura do Autor pode ser substituída pela do Advogado que apresente procuração com poderes específicos para transigir

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

DIVISÃO DE FINANÇAS
Comunicado
Conforme orientação da Secretaria da Fazenda publicamos a relação das PDs impedidas de pagamentos, aguardando a regularização dos fornecedores junto ao CADIN Estadual Procuradoria Geral do Estado

UGE	PD	EMPRESA/CNPJ OU CPF	VALOR
400111	2018PD00060	Telefônica Brasil S.A / 02.558.157/0001-62	823,10

CONSELHO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Comunicado
EXTRATO DA ATA DA 27ª SESSÃO ORDINÁRIA - BIÊNIO 2017/2018

DATA DA REALIZAÇÃO: 23-02-2018
Processo: 18575-81987/2018
Interessado: José Luiz Souza de Moraes
Assunto: Pedido de afastamento para participar da "5ª Edição do Conselho Internacional Direito na Lusofonia", no período de 20 a 23-03-2018, em Braga/Portugal.

Relatora: Conselheira Cristina Margarete Wagner Mastrobuono
DELIBERAÇÃO CPGE 111/02/2018 – O Conselho deliberou, por unanimidade, nos termos do voto da Relatora, opinar favoravelmente ao pedido.

INCLUSÃO À PAUTA:
Processo: 16847-87978/2018
Interessado: Beatriz Couto Tancredo
Assunto: Reclamação contra a lista de antiguidade para fins de promoção na carreira de Procurador do Estado, publicada em 1º/02/2018.

Relator: Conselheiro Fernando Franco
DELIBERAÇÃO CPGE 112/02/2018 – O Conselho deliberou, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, não conhecer da reclamação em razão de sua intempestividade. Determinou, entretanto, a correção de ofício da lista de antiguidade, para que sejam acrescidos 18 dias ao tempo de serviço da interessada, em cumprimento à decisão proferida nos autos da ação ordinária proc. 1006378-45.2016.8.26.0405.

PROCURADORIA FISCAL

Comunicado
O Procurador do Estado Chefe da Procuradoria Fiscal, com observação da Deliberação CPGE 67/2005 e CGPGE – 1 de 2016, Comunica aos Procuradores do Estado, independentemente da área ou unidade de classificação, a abertura de inscrições para preenchimento de 08 vagas para integrar a Comissão do XLVI Concurso para seleção de Estagiários de Direito.

O pedido de inscrição para integrar a Comissão do XLVI Concurso de Estagiários de Direito da Procuradoria Fiscal deverá ser formulado pelo Procurador do Estado interessado, no período de 27/02 a 04/03/18, mediante preenchimento de requerimento (modelo contido no Anexo I) a ser enviado preferencialmente através da rede notes, no seguinte endereço eletrônico: "Mari Mishihiro Kawasaki@PGE/BR", (mkawasaki@sp.gov.br) ou mediante seu protocolo no Gabinete do Procurador do Estado Chefe da Procuradoria Fiscal - GPF, sito na Av. Rangel Pestana, 300, 16º. Andar, Centro, São Paulo – SP. Do pedido deverá cons-

tar a qualificação completa, RG e CPF/MF, endereço, telefone comercial, telefone celular, e-mail e Unidade onde o Procurador do Estado encontra-se classificado e em efetivo exercício. Não serão considerados os pedidos de inscrição intempestivos após o dia 04/03/18, bem como aqueles apresentados em forma diversa do elencado ou com dados faltantes / incompletos.

Havendo mais inscrições do que vagas, será realizado sorteio público no Gabinete do Procurador do Estado Chefe da Procuradoria Fiscal - GPF, no dia 05.03.18, às 11h30, para escolha dos membros da Comissão, ficando os remanescentes na ordem de sorteio, como suplentes. Os Procuradores inscritos poderão acompanhar o sorteio. Caso as inscrições não sejam suficientes, serão designados Procuradores da Procuradoria Fiscal para exercerem tais funções.

Constituída a Comissão de Concurso, o Procurador do Estado Chefe da Procuradoria Fiscal designará o seu Presidente, que coordenará os trabalhos e decidirá as questões sobre as quais não tenha havido consenso entre os integrantes da Comissão, realizando reunião no dia 09.03.18, às 15 horas para início da organização dos trabalhos a serem desenvolvidos.

O certame será realizado na data a ser fixada pela Comissão de Concurso, devendo ser finalizada em período não superior a 60 dias, a contar da primeira reunião de organização dos trabalhos, ficando os Procuradores inscritos sujeitos aos prazos a serem fixados pela Presidência, devendo comparecer às reuniões, sob pena de desligamento. A eventual ausência dos membros titulares da comissão nas reuniões ou quando da aplicação da prova/entrevista ensinará a sua substituição pelos suplentes sorteados, pelo que não restarão preenchidos os requisitos necessários para expedição do competente certificado de participação como membro da Comissão do XLVI Concurso de Estagiários da Procuradoria Fiscal.

Os membros da Comissão desenvolverão as seguintes atividades:

- reunião para organização dos trabalhos, em 09.03.18, às 15 horas, no Gabinete da Procurador do Estado Chefe da Procuradoria Fiscal;
- divulgação do concurso;
- elaboração das questões da prova, com respectivo gabarito/respostas;
- aplicação da prova, entrevista dos candidatos e correção da prova, num único dia.
- elaboração da lista de classificação dos candidatos aprovados;
- elaboração do relatório final do concurso;
- participação em todas as reuniões necessárias ao planejamento e realização do certame, na sede da Procuradoria Fiscal, sita na Av. Rangel Pestana, 300, 16º andar, Centro, São Paulo - SP. Serão elaboradas atas de todas as reuniões, indicando-se a presença ou ausência dos membros.

ANEXO I
MODELO DE REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO
ILMO. SR. PROCURADOR DO ESTADO CHEFE DA PROCURADORIA FISCAL _____, Procurador (a) do Estado, classificado na _____, em exercício na _____, RG _____ e CPF/MF _____, domiciliado em _____, na Rua/Av. _____, Estado de São Paulo, tel. _____, tel. celular _____, e-mail _____, vem, requerer sua inscrição para integrar a Comissão do XLVI Concurso de Estagiários da Procuradoria Fiscal.

Termos em que, pede deferimento.
(Cidade), ____ data.

assinatura do(a) interessado(a)

PROCURADORIAS REGIONAIS

PROCURADORIA REGIONAL DA GRANDE SÃO PAULO

Comunicado
O Procurador do Estado respondendo pelo Expediente da Procuradoria Regional da Grande São Paulo comunica o resultado do sorteio realizado no dia 26-02-2018 às 10h, na presença do Dra. Sueine Patrícia Cunha de Souza - Procuradora do Estado Chefe da 1ª Subprocuradoria e das Servidoras do GPR-1, Monica de Fátima Gonçalves e Sandra Maria Candida Varejão, referente ao preenchimento de vagas para integrar a Comissão de Concurso para admissão de estagiários de Direito na Área do Contencioso Geral e Tributário Fiscal da Seccional de Diadema:

INSCRIÇÃO Nº	INTERESSADO	SORTEIO
29	Daniel Arévalo Nunes da Cunha	Integrante
02	Diego Brito Cardoso	Integrante
15	Leonardo Castro de Sá Vintena	Integrante
20	Danae Dal Bianco	Integrante
05	Thiago Mesquita Nunes	1º Suplente
16	Nayara Crispim da Silva	2º Suplente
21	Laura Baracat Bedicks	3º Suplente
09	Elaine Cristina de Antonio Faria	4º Suplente
03	Fábio Augusto Daher Montes	5º Suplente
14	Michelle Manaia Sanjar	6º Suplente
34	Alessandro Rodrigues Junqueira	7º Suplente
13	Rafael Camargo Trida	8º Suplente
10	Suzana Soo Sun Lee	9º Suplente
25	Camilla Rochja Cunha Viana	10º Suplente
22	Juliana Yumi Yoshinaga Kayano	11º Suplente
08	Juliana de Oliveira Duarte Ferreira	12º Suplente
30	Heloise Wittmann	13º Suplente
23	Janine Gomes Berger de Oliveira Macatrão	14º Suplente
07	Christiane Mina Falsarella	15º Suplente
27	Maira Gabriela Avelar Vieira	16º Suplente
32	Alessandra Ferreira de Araújo Ribeiro	17º Suplente
11	Fábio André Uema Oliveira	18º Suplente
01	Luciana Monteiro Claudiano	19º Suplente
12	Gisele Novack Diana	20º Suplente
35	Claudia Andrade Freitas	21º Suplente
24	Rafael de Oliveira Rodrigues	22º Suplente
17	Augusto Rodrigues Porciuncula	23º Suplente
26	Fernanda Lopes dos Santos	24º Suplente
18	Marcello Garcia	25º Suplente
28	Elisa Vieira Lopez	26º Suplente
31	Paulo David Cordioli	27º Suplente
06	Natália Musa Dominguez Nunes	28º Suplente
04	Artur Barbosa da Silveira	29º Suplente
36	Danielle Eugenne Migoto Ferrari Fratini	30º Suplente
33	Ana Paula de Sousa Lima Filomeno	31º Suplente
19	Roberta Callijão Boareto	32º Suplente

Fica aberto o prazo até o dia 02-03-2018, às 18h, para eventual impugnação ao sorteio ou desistência, que deverá ser comunicada, via mensagem eletrônica (notes), a Daniel Castillo Reigada (dreigada@sp.gov.br). (Comunicado G. PR-1 - 08)

Comunicado
O Procurador do Estado respondendo pelo Expediente da Procuradoria Regional da Grande São Paulo comunica o resultado do sorteio realizado no dia 26-02-2018 às 10h30, na presença do Dra. Sueine Patrícia Cunha de Souza - Procuradora do Estado Chefe da 1ª Subprocuradoria e das Servidoras do GPR-1, Monica de Fátima Gonçalves e Sandra Maria Candida Varejão, referente ao preenchimento de vagas para integrar a Comissão de Concurso para admissão de estagiários de Direito na Área do Contencioso Geral e Tributário Fiscal da Seccional de Osasco:

INSCRIÇÃO Nº	INTERESSADO	SORTEIO
02	Diego Brito Cardoso	Integrante
36	Danielle Eugenne Migoto Ferrari Fratini	Integrante
32	Alessandra Ferreira de Araújo Ribeiro	Integrante
14	Michelle Manaia Sanjar	Integrante
10	Suzana Soo Sun Lee	1º Suplente
31	Heloise Wittmann	2º Suplente
18	Augusto Rodrigues Porciuncula	3º Suplente
20	Danae Dal Bianco	4º Suplente
30	Daniel Arévalo Nunes da Cunha	5º Suplente
12	Fábio André Uema Oliveira	6º Suplente
08	Juliana de Oliveira Duarte Ferreira	7º Suplente
37	Eduardo Walmsley Soares Cameiro	8º Suplente
26	Fernanda Lopes dos Santos	9º Suplente
13	Rafael Camargo Trida	10º Suplente
17	Roberta Callijão Boareto	11º Suplente
01	Luciana Monteiro Claudiano	12º Suplente
19	Marcello Garcia	13º Suplente
35	Claudia Andrade Freitas	14º Suplente
15	Elisa Vieira Lopez	15º Suplente
09	Elaine Cristina de Antonio Faria	16º Suplente
25	Camila Rocha Cunha Viana	17º Suplente
11	Gisele Novack Diana	18º Suplente
28	Maira Gabriela Avelar Vieira	19º Suplente
15	Leonardo Castro de Sá Vintena	20º Suplente
23	Janine Gomes Berger de Oliveira Macatrão	21º Suplente
21	Laura Baracat Bedicks	22º Suplente
16	Nayara Crispim da Silva	23º Suplente
04	Artur Barbosa da Silveira	24º Suplente
24	Rafael de Oliveira Rodrigues	25º Suplente
06	Natália Musa Dominguez Nunes	26º Suplente
05	Thiago Mesquita Nunes	27º Suplente
34	Alessandro Rodrigues Junqueira	28º Suplente
29	Beatriz Meneghel Chagas Camargo	29º Suplente
03	Fábio Augusto Daher Montes	30º Suplente
22	Juliana Yumi Yoshinaga Kayano	31º Suplente
07	Christiane Mina Falsarella	32º Suplente
33	Ana Paula de Sousa Lima Filomeno	33º Suplente

Fica aberto o prazo até o dia 02-03-2018, às 18h, para eventual impugnação ao sorteio ou desistência, que deverá ser comunicada, via mensagem eletrônica (notes), a Daniel Castillo Reigada (dreigada@sp.gov.br). (Comunicado G. PR-1 09)

PROCURADORIA REGIONAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

Despacho do Procurador Regional, de 26-2-2018
Pregão Eletrônico PR/10 01/2018
Processo PGE 16795-29672/2018
Oferta de Compra 400119000012018OC00002
Objeto: Aquisição de Água Mineral Natural, sem Gás, com Entrega Parcelada.

Decorrido o prazo regulamentar sem a apresentação de recursos, ratifico os atos do responsável pelo presente pregão eletrônico e, para os efeitos do disposto no inciso VI, do artigo 43, da Lei Federal n. 8.666/93, c/c o inciso V, do artigo 40, da Lei Estadual n. 6.544/89, Homologo o resultado do certame e Adjudico seu objeto em favor da empresa vencedora JOSE ROBERTO DE CAMPOS AGUA - ME, CNPJ 68.385.590/0001-51.

Transportes Metropolitanos

GABINETE DO SECRETÁRIO

CENTRO DE RECURSOS HUMANOS

Comunicado